

*opção
Teixeira*

**ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

Mês de setembro de 2018

5^a

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência do excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e, Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária. -----

----- Aberta a sessão pelo senhor presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes trinta e oito membros municipais, dos quarenta e três que constituem o órgão, assim relacionados: -----

----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, António de Jesus Cordeiro, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça, Corina Lopes Falcão Xavier, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, Pedro Manuel Folhento Bento Pires, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, António do Nascimento Pimentel, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Madalena Freitas Cangueiro, Daniel dos Santos Ribeiro, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, Américo Rodrigues, José Pedro Ovelheiro Amaro, Amílcar André Machado e Manuel dos Anjos Garcia. ---

----- De registar as faltas de comparência dos membros, Sandra Cristina Mendo Moura e Alfredo Justino Ribeiro, que apresentaram, antecipadamente, as comunicações com justificação; António dos Santos Aleixo, presidente da Junta de Freguesia de Castro Vicente, não apresentou o documento de falta até ao dia da sessão nem a comunicação do membro substituto, mas esteve presente o substituto, António do Nascimento

*gizis
et alkins*

Pimentel; Luís Pedro Martins Lopes, presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, apresentou, com antecedência o documento da falta com justificação e António José Marcos, presidente da Junta de Freguesia de Tó, que justificou, oralmente e com antecedência a sua ausência à presente sessão. -----

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

1.1 ATA DA 4.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE JUNHO DE 2018 – Apreciação e deliberação. -----

1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA. -----

1.3 VOTOS DE PESAR. -----

1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

2.1 INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO) – Apreciação. -----

2.2 PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMOVEIS PARA O ANO DE 2018 – IMI A COBRAR EM 2019 – Análise e deliberação. -----

2.3 PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE UMA REDUÇÃO DA TAXA DE IMI (n.º1 artigo 112-A do CIM) PARA O ANO DE 2018 – Análise e deliberação. -----

2.4 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – Para conhecimento. -----

2.5 APOIO CONCEDIDO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOGADOURO, VALVERDE, VALE DE PORCO E VILAR DO REI NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – Para conhecimento. -----

2.6 SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2018 – Para conhecimento. -----

3. OUTROS ASSUNTOS. -----

afidi
e Teixeira

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O senhor presidente da Assembleia começou por pedir desculpas pelo comportamento que teve na última sessão e que, considerou ser uma conduta incorreta para com o membro, Ilídio Granjo e, para com a Assembleia, em geral, prometendo que não voltará a acontecer. -----

----- Pediu autorização à Assembleia para incluir na Ordem do Dia, no ponto “Outros assuntos” os dois assuntos remetidos pelo senhor presidente da Câmara, aprovados na reunião daquele órgão na passada terça-feira, assim designados: -----

“DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – CANDIDATURA DA REDE DE CASTROS – BENEFICIAÇÃO DO CASTELO DOS MOUROS DE VILARINHO DOS GALEGOS – 1.ª FASE – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO” e -----

“DIVISÃO DE CONTRATUALIZAÇÃO, INFORMÁTICA E PATRIMÓNIO – CANDIDATURA DA MODERNIZAÇÃO DO MOINHO DA RIBEIRA DO JUNCAL – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO”, por causa do período limite de submissão das candidaturas – oito de outubro do próximo mês. -----

----- Pediu a palavra o membro, Ilídio Granjo, que disse: -----

----- “Quero cumprimentar todos os membros municipais e o senhor vice-presidente, em representação do presidente da Câmara Municipal que não está presente sendo que esta Assembleia tinha o direito de saber onde está o senhor presidente da Câmara. Normalmente é obrigatório sempre que um presidente, que é o rosto do Município e que se ausente em serviço, a Assembleia Municipal tem que ter conhecimento. Se vai de férias ninguém tem nada a ver com o assunto, mas se for em exercício, sim. É pago pelo orçamento da Câmara, somos nós que o aprovamos e como tal devemos ter conhecimento onde é que ele está, competindo ao senhor presidente da Assembleia dizê-lo, que não está, por motivos de serviço, um aparte que não tem expressão. -----

----- Relativamente à solicitação do senhor presidente da Assembleia, eu queria dizer que concordo mais, sem querer desmentir o senhor presidente, que se inclua um ponto na Ordem do Dia porque “Outros Assuntos” não carece de deliberação, este que é uma candidatura carece de deliberação, mas não me oponho, no entanto, queria ainda fazer o seguinte reparo. Como se trata de uma candidatura não a queremos prejudicar, não a vamos prejudicar e estamos de acordo com a candidatura, todavia, acho que merecíamos a cordialidade de termos um aviso prévio. De facto, eu não posso imputar essa responsabilidade ao senhor presidente da Assembleia porque, na conferência de líderes, este assunto não foi discutido porque, naturalmente, ele também não teria conhecimento e apareceu esta candidatura, se calhar, à posterior e, isto, de facto, para incluir na Ordem de Trabalhos carece de dois terços, necessariamente, se nós quiséssemos não

gtd
Teixeira

eram incluídos, mas não queremos prejudicar a candidatura que fique bem claro! Estamos aqui para ajudar o nosso Município, mas que fique este reparo, não custava nada um telefonema a dizer o que se pretendia e para ouvir o meu grupo porque até aqui temos sido sempre solidários com as propostas do Município.” -----

----- Colocado a votação pelo senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a inclusão dos dois assuntos acima identificados no ponto “3. Outros Assuntos” da presente Ordem do Dia. ----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **1.1 ATA DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE JUNHO DE 2018 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO:** - Enviada com a devida antecedência para apreciação pelos membros municipais e depois de colocada a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da quarta sessão ordinária realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e dezoito. -----

----- Não participaram na votação desta ata os membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

----- **1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação referente à correspondência recebida e expedida da Assembleia Municipal desde a última sessão até ao dia sete de setembro de dois mil e dezoito (Entrada de correspondência) e até ao dia vinte e quatro de agosto (Saída de correspondência). -----

----- A Assembleia tomou ainda conhecimento do ofício-circular número quatro mil quinhentos e oitenta e sete, de vinte e nove de agosto do corrente ano, proveniente do gabinete do presidente da Câmara Municipal de Bragança, Hernâni Dinis Venâncio Dias, sobre a tomada de posição daquele órgão executivo em relação ao tema “Conetividade Interna e Externa de Bragança – Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI)”, no qual refere que solicitou aquele órgão executivo que, “as medidas vertidas nesse documento, no que à construção de infraestruturas de conexão nacional e internacional, diz respeito, capazes de alavancar a economia nacional, regional e local, sejam previstas no Programa Nacional de Investimentos 2030, que define os investimentos estratégicos a serem lançados pelo País na próxima década.” -----

----- E ainda: “Consideramos fundamentais para o desenvolvimento da região e do País que as seguintes infraestruturas sejam incluídas no PNI 2030: as ligações rodoviárias Bragança-Puebla de Sanábria; Bragança-Vimioso e Bragança-Vinhais; a conclusão do IC5 até Espanha; a ligação

*após
rejeição*

ferroviária Porto-Zamora, com passagem por Bragança e o Aeroporto Regional de Bragança.” -----

----- **1.3 VOTOS DE PESAR:** - Por proposta do senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar um voto de pesar pelo falecimento trágico da tia do membro, José Francisco Bento Sanches Branco, a senhora dona, Elisa Bento, e enviar as sentidas condolências à família enlutada. -----

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Inscreveu-se no período de intervenção do público, a munícipe, Maria Luísa Maradeia Calhabrês, residente na rua de santa Ana, número vinte e cinco, na vila de Mogadouro, para expor novamente o assunto, ou seja, a resposta que obteve referente ao alargamento de um caminho rural, sito na Candária, na vila de Mogadouro, junto ao prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo número oitenta e seis da secção letra A, sua propriedade, por parte do senhor presidente da União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, no seguimento do assunto já apresentado na sessão do mês de junho passado. -----

----- O senhor presidente da Assembleia disse-lhe que não teria o direito de expor novamente o mesmo assunto porque a requerente já obtivera a resposta à sua exposição em ofício enviado por esta Assembleia, na sequência da solicitação enviada àquela União de Freguesias, achando que este órgão já tinha cumprido as suas competências. -----

----- Pediu para intervir o membro, Ilídio Granjo, que entendeu dizer o seguinte: -----

----- “Eu não sei o que a munícipe irá dizer, supõe-se que irá retomar a conversa que foi apresentada na última sessão no período de intervenção do público, mas a Mesa não lhe pode tirar a palavra, sob pena de a própria mesa ser processada porque a Lei é clara quando diz que, as sessões da Assembleia são públicas e, aconselho a Mesa que, sempre que, haja intervenções da parte do público sejam ouvidas até porque o Regimento contempla num artigo que no início de cada sessão, a mesa abrirá o período de intervenção reservado aos munícipes que não poderá ultrapassar os trinta minutos, cabendo cinco minutos a cada interveniente. A Mesa é soberana na sua decisão, se entender que a senhora não deve falar ela poderá fazer uma queixa e depois a Mesa terá problemas e trabalhos.” -----

----- A Mesa aceitou ouvir a exposição da cidadã que acabou por dizer o seguinte: -----

----- “Peço desculpa por voltar aqui, mas acho que é o meu dever e, eu tenho que me defender em sítios que ouçam pessoas porque na Junta de Freguesia já não vale a pena lá ir. Eu já não estou à espera que façam nada

só estou à espera que respeitem um bocadinho as pessoas com quem eles fazem mal. -----

----- Segundo. Eu recebi uma carta em casa, aonde ele me disse que eu me portei mal. Não sei porque me portei mal. Eu só disse o que ele já me tinha dito a mim. -----

----- Terceiro. Ele diz na carta que eu ando a falar mal deles, mas eles têm que me apresentar as pessoas de quem eu falo mal delas. Eu só digo o que eles me fizeram e o que eles não me fizeram. O que fizeram ao irmão do senhor, Jorge Picolino, e não me fizeram a mim. Aquilo está uma vergonha. O senhor presidente da Junta, naquela obra, deixou de ser presidente, gozou com a minha cara até ao fim e não fez o que lhe pertenceu porque fui lá duas vezes a ter com ele e disse-me sempre: “Não te preocupes que aquilo é acabado”. Quando chegou o dia para colocar as vigas o senhor, Jorge Picolino, deu o recado aos homens para não mexer mais na minha parede. É um assunto que está à vista de toda a gente. Eles (Junta) foram a ver o trabalho não me chamaram para eu me poder defender, foram sozinhos. Agora eu não posso ir àquela Junta porque eles estão feitos um com outro e ele até me devia agradecer porque ele já não está no lugar que lhe pertence. Ontem acabei por saber que tinham feito um tanque num sítio aonde nem os pardais vão beber para eu não poder lá levar as minhas ovelhas porque ninguém consegue lá ir. Está tudo dito!” -----

----- O senhor presidente da Assembleia disse que não comentava porque o assunto não dizia respeito a esta Assembleia. -----

----- 1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE

AUTÁRQUICO: - Neste ponto começou por usar da palavra o membro, Ilídio Granjo, que disse: -----

----- “A minha intervenção é muito simples e vem, no sentido de recalcar, naturalmente, linhas de atuação e, quero, aqui, recordar a atuação do meu amigo, Domingos Amaro que, enquanto se sentiu prejudicado veio aqui a todas as sessões levantar questões e eu irei fazer a mesma coisa. -----

----- Estamos em pleno século XXI, onde a tecnologia roda mais depressa do que, há alguns anos atrás e, portanto, ou nos adaptamos às novas realidades ou perdemos o caminho. -----

----- Não podemos, hoje, mais uma vez nesta Assembleia, para a qual fomos eleitos deixar de expressar a nossa indignação e perplexidade pela forma pouco democrática como o atual executivo camarário liderado pelo PS continua indisponível para assegurar aos eleitos locais as condições normais e desejáveis para trabalho parlamentar, pois, é um imperativo que se exige seja ele em que Assembleia for. -----

----- Por consequência, achamos que, a partir deste momento, jamais concordaremos com metodologias de trabalho que a serem colocadas com

Outras
P. Teixeira

timbre político ou partidário não deixarão de ser, seriamente recalçadas e discutidas. -----

----- Há princípios para os quais, nós, exigimos mais respeito e elevação democrática, facto que, não está a acontecer, pese embora, as diligências feitas pelo senhor presidente da Assembleia, mas com resultados amargos ou infrutíferos, facto que, lamentamos. Nós sabemos que o senhor presidente da Assembleia, porque discutimos isso na conferência de líderes, é solidário com a nossa posição. Também entendo que os grupos parlamentares devam ter um local onde possam produzir trabalho não é partidário, não vamos confundir as coisas, como foram confundidas na Assembleia anterior. Nós não queremos espaço para sedes. Nós queremos espaço para analisar ordens de trabalho, para fazer levantamentos, para fazer textos, etc. Neste momento, estamos a fazer essas coisas cada um em suas casas e, como estamos na tal onda tecnológica não faz sentido. Uma Câmara tão despesista como é, como sabemos, sujeita ao patrocínio de tudo e para todos não faz sentido que não tenha dois espaços para o Partido Socialista e para o PSD poderem trabalhar. Eu sei que o Partido Socialista tem, mas o PSD não tem. Se fosse ao contrário também era igual, se calhar o PSD tinha e o PS não tinha, mas é tempo de acabar com estas dualidades de critérios. É tempo de um Município responsável, que estimo e considero, porque tenho lá pessoas amigas, mas amigos amigos, política à parte, podiam repensar a estratégia de atuação. Quer dizer, nem ouvem o senhor presidente da Assembleia, nem os secretários, não me ouvem a mim, na qualidade de membro do grupo parlamentar do PSD e continuam com esta teimosia que não leva a lado nenhum e o que pode acontecer, senhor presidente, é que um dia qualquer queiram alterar assuntos, como é o caso de hoje e, da nossa parte não vão ter essa disponibilidade que atrasa e prejudica e quem tem responsabilidades é quem promove essa distinção. Do mesmo modo, a mim, foi-me atribuído um *iPedezinho* para trabalhar aqui na Assembleia. Ao meu colega do Partido Socialista também nas mesmas condições, sem acesso a cartão nenhum, as senhoras secretárias, igualmente, e isto é muito pouquinho para aquilo que às vezes vemos e, acho que isto são restrições da liberdade. Por exemplo, tenho aqui questões pontuais e quero consultar um decreto-lei, perguntei qual era a *password*, resposta não há. -----

----- Peço ao senhor presidente da Assembleia que envide os maiores esforços, no sentido de tentar resolver este problema senão agarro naquilo e entrego-o, mas também ninguém me vai calar de dizer que durante a legislatura são restrições ao trabalho parlamentar que este executivo está a ter. -----

----- Da nossa parte, reafirmamos o orgulho do nosso passado, temos muitos argumentos para demonstrar a nossa disponibilidade presente não só aos executivos do PSD, mas também aos do PS porque o que está em

causa, e foi aquilo que demonstramos há pouco, é o interesse do nosso concelho. Dissemos que não somos contra a candidatura, que não queremos prejudicar a candidatura, apenas precisávamos de uma informação prévia. Todos sabemos que esta descortesia não se compadece com a ética política dos tempos que decorrem. Iremos em todas as Assembleias desta legislatura a rebater este ponto até que haja uma resposta compreensível que aceitaremos para dar dignidade a esta Assembleia. Se esta Assembleia não tem capacidade de intervenção, se esta Assembleia é manietada, ideologicamente, então, não vale a pena virmos cá. Eu sempre disse, no atual espectro político, as assembleias com esta dimensão até nem fazem sentido porque só interveem três ou quatro, mas devia haver mais intervenções, serem mais participadas. Só quero chamar a atenção que, futuramente poderão aparecer aqui intervenções mais acutilantes sem que haja necessidade de o querer fazer. -----

----- Aproveitar este ponto para questionar o senhor presidente em exercício de duas ou três dúvidas que temos porque também estamos, aqui, para acompanhar a vida autárquica: -----

----- Relativamente às Cozinhas Regionais. Em tempos, esta assembleia foi informada pelo senhor vice-presidente de que havia boas perspetivas para a utilização das cozinhas e haveria até contactos já ultimados com a empresa Casa da Prisca. Tivemos conhecimento de que estão novamente postas a concurso. Queria saber o que se está a passar para poder responder a quem me pergunta. -----

----- Relativamente à Casa das Associações, antigas instalações do Banco Pinto & Sotto Mayor. Sabemos que as obras estão atrasadas, já lá vão três prorrogações, o que se passa? Perguntar também quais são as associações que vão ser inquilinas deste edifício.” -----

----- Intervenção do membro, Manuel Varandas: -----

----- “Vou fazer uma intervenção que tenho escrita ... Não queria entrar, mas vou entrar quando o senhor disse que esta é uma Câmara despesista, pois se é uma câmara despesista por apoiar a cultura, se é uma Câmara despesista por apoiar quem necessita, eu acho que a câmara, na intenção dele, despesista, acho que está muito bem. -----

----- Em segundo lugar, o membro Ilídio, veio aqui acusar os membros eleitos pelo Partido Socislista de serem seguidistas, que estão sempre de acordo com o partido. Não é bem verdade. Sempre foi norma e nós vemos até na comunicação social que o Partido Socialista é um partido que permite e aceita as opiniões mesmo que sejam controversas. Só para lembrar ao professor Ilídio que nós, aqui, não somos carneirinhos, cada um tem a sua cabeça para pensar. -----

----- Numa Assembleia, alguém entrou aqui e disse: “Mudaram a localização do frade.” A falta de uma razão válida ou mais conseguida a sua mudança está, perfeitamente justificada, pois permitiu a realização de

uma excelente peça de teatro no largo da Câmara com o edifício a ser integrado no cenário, havendo mesmo falas das respetivas janelas. -----

----- A peça de Teatro “Trindade a 7”, esteve integrada nas comemorações dos cento e dez anos da morte do escritor Francisco Trindade Coelho. Não é com facilidade que um concelho do interior leva a cena uma peça de teatro com espetáculos em três dias seguidos com casa cheia. A título de curiosidade, no segundo dia, sábado, uma senhora com alguma idade que estava sentada nas minhas costas, comentou: “É tudo igual ao de ontem”. Estas palavras são bem elucidativas da excelente qualidade do espetáculo “Trindade a 7”. Está de parabéns a equipa que treinou e encenou o espetáculo. Estão de parabéns os atores e profissionais amadores, bem como os músicos. Está de parabéns o Município de Mogadouro, principalmente, o pelouro da Cultura. -----

----- Senhora vereadora, senhor vice-presidente, os euros gastos em cultura, principalmente, com esta qualidade não são despesa, são sim investimento. Já agora, porque não, em dois mil e dezanove, um “Trindade a 8” ou um “Trindade a 9”?” -----

----- Tendo-lhe sido concedido pelo senhor presidente da Assembleia o direito de resposta o membro, Ilídio Granjo, disse: -----

----- “Eu queria apenas aconselhar o senhor membro desta Assembleia, Manuel Varandas, que no final da sessão ouça a gravação, se alguém me ouviu chamar carneirista. Eu, felizmente, tenho educação suficiente para distinguir o que são carneiristas do que são pessoas que estão aqui, que foram eleitas para representar o seu cargo. Isto são insinuações à Manuel Varandas, e eu já estou habituado. Eu não ofendi ninguém. Eu falei, diplomaticamente, de questões que dizem respeito à democracia. Eu não insultei ninguém, nem o faria.” -----

----- Usou da palavra o membro, Manuel Varandas, para dizer o seguinte:

----- “Numa casa com esta dignidade, eu acho que até nos fica mal estarmos com estes pequenos pormenores, com estes adjetivos ou com estes sinónimos. A única coisa que eu disse e que o professor Ilídio disse e que, eu volto a repetir, foi que a Assembleia está de acordo com que o grupo parlamentar da oposição tenha um local de trabalho. A seguir disse, se uma vez que a Câmara não aceita é porque nós somos seguidistas, não somos carneiros. Nós seguimos aquilo que a Câmara disser, foi uma coisa parecida, que os elementos da Assembleia Municipal não faziam ou não teriam opinião nenhuma contra aquilo que a Câmara decidir.” -----

----- Intervenção do membro, José Branco: -----

----- “Já trouxe aqui este assunto. Na outra sessão disse que é obrigatório, conforme consta no Regulamento das Formas de Apoio às Freguesias/União de Freguesias do concelho, no seu artigo 9.º refere: “A Câmara, a cada sessão ordinária da assembleia municipal deverá remeter

um relatório, no qual sejam referenciados os apoios dados às freguesias e nas freguesias.” -----

----- Senhor presidente, eu relembro, isto é lei e, acho que o senhor é um cumpridor da lei. Assim gostaria que enviasse uma comunicação à Câmara Municipal recordando aquilo que o regulamento municipal refere, que em todas as assembleias ordinárias deverá ser apresentado o tal relatório onde relate os trabalhos e as máquinas que a câmara cede e fazem nas freguesias.

----- Outra situação. A situação dos precários. Na Certidão de doze de junho de dois mil e dezoito do quadro de pessoal da Câmara, mencionava um técnico superior de Contabilidade e Administração, um técnico superior de Higiene e Segurança no Trabalho, um técnico superior de Engenheiro Rural. Agora, saiu um aviso de retificação, publicado no dia dezassete de setembro de dois mil e dezoito, que refere sobre o Engenheiro Rural: “Não sendo possível o nível de habilitação ou formação, deve ler-se: “Bacharelato na área de Melhoramentos Rurais. Técnico de Higiene e Segurança, não sendo possível o nível de habilitação ou formação deve ler-se, titular da licenciatura na área de Psicologia, tendo que ter o CAP e depois na área de Contabilidade, titular da licenciatura na área de Gestão de Empresas, não sendo possível a substituição.” -----

----- Sobre este assunto, lembro que, nós, na última sessão, dissemos que os precários tinham que ter rosto, por exemplo, professor de Educação Física, A, B e C; para Engenheiro Rural, A, B e C, com rosto e, agora a Câmara está com um problema porque há pessoas de outras Câmaras a concorrer à Câmara de Mogadouro porque eles não puseram os nomes das pessoas. Era melhor ir ali ao alfaiate fazer um vestido ou um fato à medida. Para estas pessoas são fatos à medida, nós sabemos quem são estas pessoas.

----- Outro assunto é sobre a sinalização colocada em Mogadouro. Há sinais colocados em passeios que não permitem a passagem de uma cadeira de rodas ou um carrinho de bebé e, a mais aberrante é na rua em frente ao bairro são João que tem a placa Santa Casa da Misericórdia, se passar um carro ou uma caravana bate no sinal porque está no meio da rua. Ainda mais, não tenho a certeza, senhor presidente, mas gostava que se informasse se não é obrigatório haver uma comissão com membros da Assembleia, da Câmara e pessoas de entidades externas para analisarem e decidirem a devida colocação da sinalização no concelho de Mogadouro. Solicitar, se for o caso, o parecer à CCDR-N.” -----

----- Interveio o membro, Acácio Cordeiro, que disse: -----

----- “Congratulo-me com a decisão da CIM Transmontana que vai avançar com o plano estratégico para o regadio no Planalto Mirandês, Mogadouro, Miranda do Douro e Vimioso. Pelos vistos não estávamos assim a ser tão utópicos quando apresentamos isto no nosso programa e quando apresentamos uma moção, gostando de obter informações da parte do executivo acerca do projeto. -----

----- Alertar também que Castro Vicente está fora do planalto e que as localidades ali ao lado já têm todas regadio quando a própria conduta que leva essa água da barragem da Camba passa na própria freguesia. Não descurar Castro Vicente e não descurar aldeia nenhuma e gostávamos que Mogadouro voltasse a ser um concelho a liderar estes processos e não andar a reboque de outros concelhos porque quando andamos a reboque ficamos com o que sobra.” -----

----- Intervenção do membro, António Cordeiro: -----

----- “Vou intervir de improviso, mas não gosto de o fazer porque às vezes digo coisas que não gosto de dizer e outras vezes não digo o que gostaria de dizer. -----

----- Em primeiro lugar. Quero chamar a atenção da excelentíssima Mesa para o seguinte: os tempos que estão escritos no Regimento não estão a ser cumpridos, nem de perto nem de longe e, nós aprovamos um Regimento com o sentido de que seja cumprido. Eu não quero dizer que as pessoas que veem aqui intervir não devem dizer o que têm para dizer, mas que estudem bem o assunto para o dizer naquele tempo que o Regimento permita que sejam ditas. -----

----- Em segundo lugar e, agora refiro-me ao membro, Ilídio Granjo. Diz que está perplexo com aquilo que está a acontecer aqui e, eu digo-lhe assim, perplexo estou eu. -----

----- Quando o senhor estava aqui de presidente da Mesa, lamentava-se o senhor para mim que havia membros na Assembleia e que eu esqueci o nome, na medida em que já não estão aqui presentes, que vinham aqui falar para chatear. Hoje, faz-me lembrar quase aquilo que o senhor me disse a mim. Eu disse assim, será que também há aqui um bocado de hipocrisia nesse sentido? Temos que ter um bocado de cuidado porque os assuntos que se veem aqui a discutir devem ser discutidos de fio a pavio, mas dentro daquilo que deve ser e respeitando sempre o Regimento e, por exemplo, refiro-me a isto. O PSD tem sido um grande governante deste concelho. Eu nunca soube que o membro, Ilídio Granjo, fizesse a reivindicação aos governos anteriores, do seu partido, de que queria uma sala de reuniões, uma sala para cada partido. Nunca o fez, penso eu. Se o fez mostre como é que o fez, mas agora vem aqui todos os dias com a mesma exigência, isso não é bonito, nem lhe fica bem. Olhe, eu vou dizer-lhe, gosto muito das intervenções do seu colega de bancada, José Branco. Traz os assuntos estudados, é pontual, objetivo e não cansa as pessoas. Eu não gosto que as pessoas sejam cansadas. Penso que os assuntos devam ser discutidos, mas vir aqui só para cansar não está bem. Quem está a ouvir está a sentir-se cansado e às vezes são assuntos de pouca importância.” -----

----- Pediu para usar da palavra o membro, Ilídio Granjo, dizendo o seguinte: -----

*António
Peixeira*

----- “Eu não me sinto atingido ofensivamente pelo que o membro Cordeiro disse porque ele não me ofendeu ao contrário do que se passou com o colega do lado. Eu só venho clarificar aquilo que ele pretendeu dizer e invocou o meu nome. -----

----- Tempo regimental. Eu estou de acordo que se cumpra o tempo regimental e o tempo regimental diz cinco minutos para cada assunto, podendo ser prorrogado até dez minutos por cada ponto da ordem de trabalhos. Bem, se fizermos uma retrospectiva do passado habituados a ler relambórios. Eu acho que só uma vez é que interrompi a palavra a uma senhora, por questões do foro de uma Junta de Freguesia. Terá que haver criatividade política nesta Assembleia, creio que assim o pensa também o senhor presidente. Se for preciso também alteramos o Regimento. -----
Sobre o desabafo que tive com um amigo, enfim ... e trazer o assunto hoje para aqui, acho que é pequeno. -----

----- Da sala para cada partido, eu explico que, no anterior mandato o grupo do PSD utilizava a sala da Assembleia Municipal e o grupo do PS utilizaria a sede de partido até ao momento que um dos elementos do PS fez um requerimento a pedir as instalações da Assembleia para poder reunir e aí disse se eles pediam aquelas instalações, nós pedíamos as da câmara. No Regimento está que podemos utilizar as instalações da Assembleia, mas se eu não quis isso para mim não vou exigir ao senhor presidente da Assembleia, eu acho que não devo.” -----

----- Seguiu-se a intervenção da membro, Carla Lousão, que disse: -----

----- “Em nome da Mesa desta digníssima Assembleia e, após reunião de líderes, compete-me informar-vos do ponto da situação referente à constituição e elaboração do Plano Estratégico Global de Desenvolvimento Integrado para o concelho de Mogadouro que tentamos inciar na sessão anterior. -----

----- Neste sentido, estamos a reunir esforços e sugestões para compilar e definir as melhores formas de trabalho colaborativo. Como é do conhecimento geral, hoje em dia, surgem, cada vez mais, por parte de muitos organismos planos estratégicos como linha orientadora para resolver situações estruturais e reverter a questão da interioridade. Alguns desses planos acabam por abranger o concelho de Mogadouro, apresentando medidas globais, como por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes desenvolvido e em aplicação pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. -----

----- É nosso entendimento que o Plano Estratégico para o nosso concelho tenha como base uma visão sobre o concelho de Mogadouro a médio e longo prazo, a partir da qual, se definirão os setores estratégicos a trabalhar e, posteriormente, se definam um conjunto de medidas realistas e concretas aplicáveis ao concelho, de acordo com a sua realidade e características. ----

----- Não é objetivo elaborar um plano com medidas bonitas e megalómanas com difícil aplicação prática apenas porque fica bonito no papel ou porque estão consagradas em outros planos. É objetivo estabelecer medidas simples, reais, concretas e sustentáveis. É objetivo elaborar um plano com identidade. -----

----- Em relação ao método de trabalho existem dois pontos que não ressalvam qualquer dúvida. Este plano é para ser elaborado em estreita ligação com o executivo camarário e vai estar aberto a todas as sugestões que surjam, quer por parte dos membros desta Assembleia, quer por parte da comunidade do concelho. -----

----- Deixo aqui a sugestão. À medida que os membros desta Assembleia tiverem opiniões e, no caso de ser pertinente, poder enviar essas mesmas sugestões, por via *e-mail*, ou até passar pela própria Assembleia. De qualquer das formas este tema e estas medidas a implementar serão objeto de debate numa próxima reunião.” -----

----- Interveio, a seguir, o presidente da Assembleia para dizer que, em relação à intervenção do membro, Ilídio Granjo, tudo fará para em nome desta Assembleia, arranjar as condições ideais para todos os seus membros trabalharem. Transmitiu que já enveredou esforços nesse sentido, vincando que não vai desistir dessa sua preocupação que é também a preocupação dos membros da bancada da Coligação TODOS POR MOGADOURO. ----

----- Mais disse que, em relação ao que disse o membro, Manuel Varandas, reforço os parabéns a todo o elenco que levou à cena o espetáculo “Trindade a 7”, referindo que foi uma peça excelente. -----

----- Em relação ao que referiu o membro, José Branco: “Lembrou que existe um regulamento, há aqui uma indicação do apoio que foi prestado, eu sei que deve ser mais profundo, também já foi solicitado, quem faz parte do município já ouviu, deve ser um serviço, um departamento do município a apresentar essa relação, mas vou enveredar esforços nesse sentido de que seja mais especificado, mais completo esse documento. ----

----- A respeito dos precários, digo, pedi uma lista já, atempadamente que me foi solicitada por alguém desta Assembleia e aí procedi em conformidade com a Lei, de maneira a que me fornecessem a lista de todos os elementos que estão incluídos nas condições de concurso para os precários. Até ao momento ainda não me foi facultada, mas parece-me que há aí inconvenientes e que depois futuramente me vai ser facultada para eu a poder facultar também publicamente porque eu gosto de coisas cada vez mais claras e a clarificação só nos dignifica a todos porque esconder jogos não dignifica ninguém, mas também não são essas as pretensões do município, segundo o que ouvi. -----

----- Em relação à comissão sobre a alteração do trânsito na vila, eu não sei se essa comissão foi formada, vou informar-me e agirei dentro da lei, conforme informação que me for prestada.” -----

Ths
Teixeira

----- O presidente da Câmara fez-se representar nesta sessão, conforme dispõe a Lei, pelo seu substituto legal, o senhor vice-presidente, Evaristo Neves, que pediu para intervir e dizer o seguinte: -----

----- “Vou responder ao membro, Ilídio Granjo. Já foi aqui dito pelo nosso presidente. O Salão Nobre está disponível como sala de trabalho, é uma questão de o solicitar com a devida antecedência, é aquilo que foi transmitido pelo nosso presidente, portanto, há um espaço disponível para poderem reunir as vezes que entenderem, têm é que o pedir por causa da chave. -----

----- A propósito dos telemóveis. Não podemos ter memória curta. Já foi com este executivo que foram disponibilizados *iPad's* e telemóveis porque até dois mil e treze não tinham. Em abono da verdade, esta é a realidade. ---

----- Cozinhas regionais. Decorreu um concurso público. Ficou deserto. Tínhamos aí algumas perspectivas de empresas, nomeadamente, a que referiu, mas, por qualquer motivo não concorreu. Nós deduzimos que tenha a ver pelo facto de ter sido no mês de agosto. Em reunião de Câmara já foi aprovado abrir novo concurso, esperando que as duas que estão disponíveis e as empresas que manifestaram interesse concorram. -----

----- Em relação à Casa das Associações. Todos nós concordamos que aquilo já devia estar terminado. É um facto. A obra já devia ter terminado, mas surgiram alguns problemas com a empresa, nomeadamente, financeiros. Houve uma reunião com o sócio da empresa, inclusive, entrou na Câmara uma penhora por parte das Finanças. Percebemos que a empresa está a passar algumas dificuldades financeiras e, por conseguinte, houve um atraso no fornecimento do equipamento *AVAC*, do ar condicionado que é quase cinquenta por cento da despesa. Percebeu-se essa dificuldade e, como tem sido hábito, e bem, desta Câmara, ao longo dos anos, não devemos penalizar as empresas. Devemos ajudá-las. Como é que se ajudam? Dando mais trinta dias de prorrogação, às vezes pedem sessenta, mas a gente só dá trinta para que não se estiquem. Eles pediram agora um prorrogação por sessenta dias e foram-lhe dados trinta, esperando que terminem a obra, na certeza, porém, que só falta a parte do *AVAC* e o letreiro exterior. Todo o resto está feito. -----

----- Em relação ao membro, Manuel Varandas, obrigado pelas palavras, mas também é público que a questão cultural e o exercício cultural deste Executivo tem sido grande e o empenho tem sido grande, mas vai continuar a ser porque para nós, a Cultura não é um custo, para nós a Cultura é um investimento. -----

----- Para responder à questão levantada pelo membro, José Branco, em relação ao Regulamento de Apoio às Freguesias, o nosso presidente já disse que iria pedir à Unidade de Obras Municipais, já o devia ter feito, porventura, mas, em relação a isso, não há nada a esconder e eu, irei

*Handwritten signature: Almeida
Almeida*

reforçar essa questão. Não há nada a esconder, portanto, que se entregue o relatório. -----

----- Em relação aos precários, o que eu posso dizer, neste momento, porque é o público e, é o que eu sei. Decorre a seleção das candidaturas, também sabemos que houve muitos candidatos de outros pontos do país que não estão em condições de ser admitidos e portanto, serão excluídos nesta fase. Nesse seguimento e conforme solicitado pelo senhor presidente da Assembleia, obviamente, a lista dos admitidos há de tornar-se pública e será entregue. Há muita gente que concorreu através da BEP, Bolsa de Emprego Público, que não reúne condições, logo, é excluída à nascença. ---

----- Falou-se também na questão da sinalização. Houve, efetivamente, aí dois ou três prumos que estavam mal colocados, se passasse um autocarro levava o sinal na frente, mas já foi alterado. Detetou-se virou-se ao contrário e está reparado, confina com a guia do passeio. -----

----- Em relação ao membro, Acácio Cordeiro, quando falou no regadio. É um facto. Eu próprio, representei o município de Mogadouro numa reunião com a presença da senhora ministra da Agricultura, onde ficou decidido que irá ser lavrado um plano estratégico pela Comunidade Intermunicipal, a qual está empenhadíssima, não só aqui, na Terra Quente, na Terra Fria, mas o que nos diz respeito a nós, no Planalto Mirandês, penso que o projeto já foi adjudicado ao IPB, pedir à comunidade científica académica do IPB que ajudasse e com um custo menor. Não concordo, de todo, com o que disse a seguir. Tanto quanto sei, a Câmara de Mogadouro nunca andou a reboque de ninguém, nem agora nem nunca. O que acontece é que nós não andamos a reboque de ninguém, andamos ao lado de alguém. Em dois mil e doze, foram constituídas as CIM's e o que hoje acontece e não acontecia no passado, por falta eventualmente desse elo de ligação com os municípios, cada um esgravatava como podia, cada um fazia-se à vida, hoje também é um bocadinho assim, mas já há uma estratégia concertada. Aliás, parte dos fundos comunitários são alocados às CIM's e a gestão tem que obrigatoriamente, obedecer a entendimento. É esta a realidade do país.

----- Quero ainda informar a Assembleia que o senhor presidente da Câmara não está presente porque está em representação do município de Mogadouro numa comitiva da Comunidade Intermunicipal, onde estão outros presidentes numa visita aos Açores. -----

----- Para responder ainda ao membro, Ilídio Granjo, sobre a ocupação das instalações da Casa das Associações é prematuro estar a dizer quem as vai ocupar. -----

----- Sobre este ponto da Ordem do Dia, o senhor presidente da Assembleia interveio para dizer que considera este ponto o mais nobre da Assembleia porque, é neste momento, que os membros desta Assembleia devem apresentar diálogo e estou a ver pouca participação no sentido de esclarecer determinados assuntos, no sentido de apontar caminhos, de

apontar soluções, de discutir assuntos. Pediu aos membros municipais que não tivessem vergonha, não tivessem medos que ele, também dá calinadas, também faz asneiras, também tem muito para aprender, que devem demonstrar mais interesse com os assuntos do concelho em geral, não trazer aspetos particulares, que não interessam. -----

----- Disse ainda, em relação aos planos estratégicos que vão aparecendo, muitos deles são um disparate, considerou que até a própria CIM cometeu esse erro no início porque “*cada um puxa a brasa à sua sardinha.*” -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- 2.1 INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (al. c) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro) - **Apreciação:** - Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de treze de setembro de dois mil e dezoito, era a seguinte: -----

----- “Dívida em 13/09/2018 -----

– A fornecedores	162.749,94€ -----
– A empreiteiros	34.988,21€ -----
– Empréstimos em dívida	1.695.292,91€ -----
– Leasings	0,00€ -----
– Encargos para o presente ano	191.393,16€ -----
Saldo em 13/09/2018 -----	
– Orçamental	2.747.564,41€ -----
– Operações de Tesouraria	395.378,81€ -----
– Em documentos	43.415,57€ -----
– Fundos comunitários a receber	61.789,57€.” -----

----- **2.2 PROPOSTA DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2018 – IMI A COBRAR EM 2019 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi presente a Certidão, emitida pelo chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, António Luís Moreira, datada de treze de setembro do corrente ano, na qual transcreveu a deliberação do órgão executivo, tomada

Handwritten signature and name: Mateus Albuquerque

na reunião ordinária do dia onze de setembro do ano de dois mil e dezoito, sobre o assunto em título, do teor seguinte: -----

----- “O senhor Presidente submeteu à apreciação da Câmara Municipal a seguinte proposta, datada de trinta e um de agosto de dois mil e dezoito: ---

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, os Municípios fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro do intervalo previsto na alínea c) do n.º 1, prédios urbanos – 0.3% a 0.45%. ---

----- Proponho que seja fixado em 0.3% a taxa de IMI respeitante ao ano de 2018, a liquidar no ano de 2019 e que a mesma seja submetida a deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- A Câmara, analisada a proposta deliberou, por unanimidade, aprová-la e, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal para que autorize a fixação da referida taxa.” -----

----- Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta enviada pela Câmara Municipal que fixou em 0,3% a taxa de IMI respeitante ao ano de dois mil e dezoito, a liquidar no ano de dois mil e dezanove. -----

----- 2.3 PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE UMA REDUÇÃO DA TAXA DE IMI (N.º 1 ARTIGO 112-A DO CIMI) PARA O ANO DE 2018 – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

Foi presente a Certidão, emitida pelo chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, António Luís Moreira, datada de treze de setembro do corrente ano, na qual transcreveu a deliberação do órgão executivo, tomada na reunião ordinária do dia onze de setembro do ano de dois mil e dezoito, sobre o assunto em título, do teor seguinte: -----

----- “Foi presente a proposta da autoria do senhor Presidente da Câmara Municipal, Francisco José Mateus Albuquerque Guimarães, datada de trinta e um de agosto de dois mil e dezoito, sobre o assunto em título que adiante se transcreve: -----

----- Considerando que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis prevê no n.º 1 do artigo 112.º-A, que os Municípios podem, mediante deliberação da Assembleia Municipal fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

N.º dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40

*João
Peixeira*

3	70
---	----

----- Propondo que seja aprovada a redução do IMI para o ano de 2018, nos termos do n. 1 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e submeter a deliberação à Assembleia Municipal. -----

----- A exemplo do ano anterior e analisada a proposta apresentada, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprová-la. -----

----- Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter a presente deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.” -----

----- Atento o estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal apreciou e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal, em termos de redução do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e dezoito. -----

----- 2.4 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PARA CONHECIMENTO: - A Assembleia tomou conhecimento dos contratos celebrados pela Câmara Municipal desde o ano de dois mil e quinze. -----

----- 2.5 APOIO CONCEDIDO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOGADOURO, VALVERDE, VALE DE PORCO E VILAR DE REI NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – PARA CONHECIMENTO: - A Assembleia tomou conhecimento do apoio financeiro concedido à União de Freguesias de Mogadouro, Valverde, Vale de Porco e Vilar de Rei, no âmbito do Regulamento de Formas de Apoios às Freguesias/Uniões de Freguesias do concelho de Mogadouro, na importância de cinquenta mil euros (€50.000,00) para a obra de substituição do piso no Pavilhão Gimnodesportivo de Mogadouro. -----

----- 2.6 SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2018 – PARA CONHECIMENTO: - A Assembleia tomou conhecimento do relatório de acompanhamento em trinta de junho de dois mil e dezoito ao município de Mogadouro, apresentado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Fernando Peixinho & José Lima – SROC Lda. -----

3. OUTROS ASSUNTOS

----- “CANDIDATURA DA MODERNIZAÇÃO DO MOINHO DA RIBEIRA DO JUNCAL” – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Foi remetida pela Câmara Municipal a Certidão extraída da deliberação da

reunião do órgão executivo, realizada no passado dia vinte e cinco de setembro corrente, sobre o assunto em título, do teor seguinte: -----

----- “Foi presente a informação número três mil, trezentos e doze, de vinte de setembro corrente, prestada pela assistente técnica administrativa, Isabel Silva Fernandes, da DCIP-Divisão de Contratualização, Informática e Património, na qual informou que se encontra aberto ao Programa PDR2020 (Programa de Desenvolvimento Rural) o anúncio número “001/DSAD/10216/2018”, no âmbito da “Operação 10.2.1.6 – Renovação de aldeias” para apresentação de candidaturas até ao dia oito de outubro de dois mil e dezoito. -----

----- Informou ainda que o Município pretende submeter a candidatura com a designação **Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal**. Este projeto visa a modernização de uma estrutura tradicional, ligada à moagem promovendo a recreação da roda hidráulica, recuperando-se assim a memória do espaço, com *design* e qualidade de conteúdos, integrando a recreação de ambiente e a reposição dos principais engenhos tradicionais do moinho. A candidatura tem um orçamento de sessenta e cinco mil euros (€65.000,00), mais IVA e o apoio a conceder é de cinquenta por cento do investimento total elegível. -----

----- Solicita que a Câmara Municipal delibere no sentido de manifestar a sua concordância na submissão da candidatura supraidentificada, assim como reconhecer o seu interesse para as populações e para a economia local. -----

----- Perante a informação administrativa suprarreferenciada, a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a submissão da candidatura denominada “Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal” ao Programa PDR2020 (Programa de Desenvolvimento Rural), no âmbito da “Operação 10.2.1.6 – Renovação de aldeias”, por reconhecer o seu interesse para as populações e para a economia local. -----

----- Mais foi deliberado submeter a presente deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.” -----

----- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e, dentro das competências de que dispõe previstas na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2103, de 12 de setembro deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse para as populações e para a economia local na submissão da presente candidatura ao Programa PDR2020, no âmbito da “Operação 10.2.1.6 – Renovação de aldeias”, com a designação **Modernização do Moinho da Ribeira do Juncal**. -----

----- **“CANDIDATURA DA REDE DE CASTROS – BENEFICIAÇÃO DO CASTELO DOS MOUROS DE VILARINHO DOS GALEGOS – 1.ª FASE” – ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Foi remetida pela Câmara Municipal a Certidão extraída da deliberação da

reunião do órgão executivo, realizada no passado dia vinte e cinco de setembro corrente, sobre o assunto em título, do teor seguinte: -----

----- “Foi presente a informação número três mil, trezentos e onze, de vinte de setembro corrente, prestada pela assistente técnica administrativa, Isabel Silva Fernandes, da DCP-Divisão de Contratualização, Informática e Património, na qual informou que se encontra aberto ao Programa PDR2020 (Programa de Desenvolvimento Rural) o anúncio número “001/DSAD/10216/2018”, no âmbito da “Operação 10.2.1.6 – Renovação de aldeias” para apresentação de candidaturas até ao dia oito de outubro de dois mil e dezoito. -----

----- Informou ainda que o Município pretende submeter a candidatura com a designação **Rede de Castros – Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos – 1.ª Fase**. Numa primeira instância este projeto pretende beneficiar o local arqueológico, executando-se ações de consolidação e restauro de uma parte das estruturas arqueológicas, colocadas à mostra durante a execução do projeto de estudo e valorização do local. A candidatura tem um orçamento aproximadamente de cinquenta e sete mil, oitocentos e dez euros (€57.810,00), acrescido de IVA e o apoio a conceder é de cinquenta por cento do investimento total elegível. -----

----- Solicita que a Câmara Municipal delibere no sentido de manifestar a sua concordância na submissão da candidatura supraidentificada, assim como reconhecer o seu interesse para as populações e para a economia local. -----

----- Perante a informação administrativa suprarreferenciada, a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a submissão da candidatura denominada “Rede de Castro – Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos – 1.ª Fase” ao Programa PDR2020 (Programa de Desenvolvimento Rural), no âmbito da “Operação 10.2.1.6 – Renovação de aldeias”, por reconhecer o seu interesse para as populações e para a economia local. -----

----- Mais foi deliberado submeter a presente deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.” -----

----- A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e, dentro das competências de que dispõe previstas na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º, anexo I, da Lei n.º 75/2103, de 12 de setembro deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse para as populações e para a economia local na submissão da presente candidatura ao Programa PDR2020, no âmbito da “Operação 10.2.1.6 – Renovação de aldeias”, com a designação **Rede de Castros – Beneficiação do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos – 1.ª Fase**. -----

----- Intervenção do senhor presidente da Assembleia: - Lembrou que as atas das reuniões da Câmara Municipal têm sido enviadas à Assembleia

Luís
Eteixeira

Municipal que posteriormente as reencaminha a todos os membros para conhecimento. -----

----- Intervenção do membro Ilídio Vaz: - Interveio para dizer o seguinte:
----- “Queria interpelar o senhor vice- presidente da Câmara relativamente à utilização do Salão Nobre para trabalhos autárquicos e digo sinceramente, se fosse presidente da Câmara não autorizaria, dado a nobreza deste salão. Nós estamos aqui, merecemos estar aqui, mas o Salão Nobre não é o local ideal para reunirem partidos porque, repare, reunir partidos não significa que seja só para a preparação das sessões da Assembleia. Podemos querer reunir para fazer a preparação da preparação. Não é correto utilizarmos este magnífico Salão para esse trabalho, em termos de opinião pessoal. -----
----- Também dizer que, no passado não tínhamos direito a *iPad* nem a telemóvel, eu tinha, o *iPad*. Foi uma inovação e muito bem deste executivo. A este respeito dizer que, quando estive na Câmara, com o então presidente, Armando Salomé, comprou um “*Audizito*”; vem o dr. Machado, comprou um *Mercedes* e, agora foi comprado um “*Mercedão*”. É a evolução dos tempos! Ficamos por aí. -----
----- Queria também comunicar ao senhor vice-presidente que, como faço caminhadas diariamente, verifico que os passeios estão cheios de silvas. Era mandar dar um jeito no sentido de os limpar, na reta de Vale da Madre, do lado direito e na Zona Industrial em frente à fábrica dos cogumelos junto às instalações abandonadas da dra. Berta, isto são contributos para o município. -----
----- Outra, senhor vice-presidente. Temos conhecimento que, por decisão da Caixa Central de Crédito Agrícola, haverá fusão das Caixas de Mogadouro, Vimioso e Palaçoulo (Miranda). Gostava que houvesse intercessão deste município, no sentido de que a sede ficasse em Mogadouro porque se fica em Miranda já se sabe. Tenham atenção a isso. Reforcem e sejam exigentes porque temos mais território, mais população e, se calhar, mais contas. É só uma chamada de atenção.” -----

----- Intervenção da membro Carla Lousão: - Interveio para dizer o seguinte: “Na sequência da aprovação das candidaturas acabadas de aprovar, quero referir e recordar que Castro Vicente também tem um castro, o castro da Vila Velha, declarado como património de interesse público. Tenho imensa pena que seja um monumento que ali está ao abandono, está a degradar-se e a maior parte da população não sabe onde está localizado, por baixo da capela do Divino Senhor da Fraga, onde são visíveis ainda as muralhas, por setores, fornos e lagares e, se calhar, estava na altura também do castro da Vila Velha começar a pertencer à Rota dos Castros. Já uma altura falei com o senhor arqueólogo e tenho a ideia de que o nosso castro não faz parte dessa rota. Também temos o pelourinho que

*Alto
Aleixo*

está dado como património de interesse público e que são dois monumentos que, realmente interessa aqui preservar. Além disso o local onde está situado o castro tem uma paisagem fabulosa que dá acesso ao rio Sabor. ---
----- Deixar aqui uma sugestão em relação à recuperação do moinho no parque da ribeira do Juncal. É minha opinião que, se calhar, essa zona tem que passar a ter objetivos mais educacionais e mais didáticos do que propriamente de lazer, aproveitando a interagia do moinho já com estas questões da própria moagem a trabalhar, a parte de identificação de espécies, florestais e herbáceas que estão ao longo da ribeira e depois está ali um curso de água extremamente interessante, que pode trazer muitos estudantes, que é a questão de laboratórios de rios.” -----

----- Intervenção do membro Altino Aleixo: - Interveio para dizer o seguinte: “Começo por referir as palavras do membro, António Cordeiro. Vir para aqui falar de improviso não é para todos, uns dizem mais umas asneiras do que outros, mas todos nós nos percebemos e todos nós nos perdoamos, no final, uns aos outros. -----

----- Queria referir-me ao senhor presidente da Assembleia e ao senhor ex-presidente da Assembleia. Sempre me dirigi aos dois durante várias vezes mais ao ex. do que ao atual presidente. O atual presidente disse uma coisa. Ele, de facto, está aqui para aprender. Todos nós estamos aqui para aprender. A brincar ou a sério é uma novidade que vou dar a alguns. Diz assim: “Assembleia Municipal de Mogadouro, entrada e saída de correspondência.” Lá, num ponto, se fosse aqui, há uns anos, viria um número, uma data, uma referência, o destinatário, Altino dos Anjos Aleixo, localidade Paradela, assunto Parabéns. Isto quer dizer que, em executivos anteriores, o senhor presidente da Assembleia mandava os parabéns aos membros da Assembleia. Uns são de uma maneira outros são de outra. -----

----- E agora vou referir-me a um assunto que foi falado aqui, principalmente aos meus amigos, professor e José Branco, foram eles que fizeram a pergunta, é sobre as cozinhas regionais, mas antes disso queria dizer-lhe o seguinte, e como falou em evoluções, em tecnologia e essas coisas todas. Ontem, num programa de radio, onde estavam senhores e comentadores ilustres deste país, ouve um assunto sobre emprego, novas oportunidades, vivências, desenvolvimento das coisas, um professor universitário dizia que nós agora debatemo-nos com um problema muito grave, não só na minha faculdade, no ensino todo. Saiu daqui o melhor aluno desta universidade, tinha as melhores notas, foi o aluno que saiu com melhor média, fez uma entrevista numa empresa e o entrevistador dizia que tinha sido bom aluno, mas foi um quadrado. Diz-se que é um dos grandes problemas da nossa sociedade agora. Eu não percebi muito bem. Tirei a minha ideia, mas foi isso que ele disse. -----

phs
Teixeira

----- Em relação às cozinhas regionais. Pela primeira vez e mais de uma dúzia de anos, houve um senhor vereador que me disse, passado muito tempo, e se forem rebobinar o passado, intervenções mais ou menos, melhores ou piores, eu devo fazer aí umas quatro folhas da ata, e então o senhor disse-me: “Pois, tu também algum dia tinhas que ter razão.” Isto, razão porque, a partir do momento em que foi um investimento muito grande, dois milhões, e sendo contra, e um bocado enxovalhado ... com a minha palavra, a minha voz e a de outros, o executivo na altura, retirou outro projeto que estava para execução que era a de que a Câmara Municipal também iria ser dona de uma rede de hotéis e restaurantes, isso também saiu. E agora, passados estes tempos queria dizer uma coisa. Este executivo, de facto, tem feito a exploração das cozinhas regionais, quer queiram, quer gostem, quer não, foi um elefante branco que a anterior câmara criou. Meus senhores talvez se estivesse calado pudesse ganhar mais, mas fico satisfeito quando me dão razão nem que seja passados muitos anos, nem vale a pena citar o nome do vereador e quero adiantar isto, sobre as cozinhas regionais é melhor estarmos sossegadinhos, descansadinhos e, aconselho este executivo a mexer cada vez menos e a fazer o menos que puder e o menos gasto de manutenção que puder porque perder tempo à procura de soluções para as cozinhas regionais é melhor não perder tempo. E tenho a certeza absoluta que irei ser percebido mais dia menos dia.” -----

----- Intervenção do membro Américo Rodrigues: - Interveio para dizer o seguinte: “Volvidos uns tempos, as limpezas já decorreram, embora numa fase muito tardia, eu acho que a Câmara deve pugnar para que as limpezas das bermas das estradas sejam feitas todos os anos antes da vinda dos emigrantes. Ainda sobre este assunto. Depois da limpeza ter sido efetuada, na estação de Urrós, aquelas casas, embora não seja connosco, mas que é de todos, tirar aquela mata que fica tão mal e ali tem tanta passagem. Eu sei que não é com a Câmara, mas uma pintura porque assim é feio de ver. -----
----- Outro assunto, tem a ver com as nossas aldeias, casas abandonadas, com silvas. Eu acho que vamos ter que repensar, ser a própria Câmara porque as pessoas não querem compor, a ter um orçamento, à parte para pequenas coisinhas que aconteçam, as pessoas vão embora, desaparecem e quem fica com o problema é o vizinho que está ao lado talvez contemplado em regulamento. -----

----- Dizer ainda que vamos inaugurar um recinto de festas na Figueirinha. Deixo aqui o convite para quem quiser estar presente. Vai ser às dezassete horas, no próximo sábado e haverá comes e bebes.” -----

----- Intervenção do membro João Possacos: - Interveio para dizer o seguinte: “Dar os parabéns ao executivo pelos percursos pedestres que

foram marcados. Acho que trouxe muita gente, principalmente a Bruçó, bastante gente neste verão, os percursos foram percorridos. Carecem mais de um bocadinho de cuidado e a Junta de Freguesia, neste momento também não tem dinheiro para dispor, constantemente para os limpar. Temos dois percursos pedestres e passa a grande rota que vem desde Miranda até ao Pocinho. Eu convido-os a todos para visitar. Este ano fizemos uma caminhada com o Parque e houve uma caminhada mensal. Estão bem marcados e são excelentes. Um passa no castro. Falou-se aqui nos castros, lembro que nós também temos um castro, chamado Castelo dos Mouros, em Bruçó, que está incluído na Rota dos Castros, só que, praticamente não existe. Muita gente tem perguntado onde é que fica. Fica longe e não dá para ir de carro, talvez com o arranjo do caminho do percurso, fosse possível visitá-lo.” -----

----- Intervenção do membro Francisco Afonso: - Interveio para dizer o seguinte: “Aproveitando a dica do colega, Américo Rodrigues. Em todas as freguesias existe um PT, postos de transformação ou cabines da EDP. O que eu vejo é que a carta de entrada de Paradela é o referido PT e também está num estado degradante. Falo em Paradela, mas acho que todas as freguesias têm um PT e o que verifico, passo muitas vezes em Mogadouro, em frente à quinta do Visconde e há ali um PT que foi melhorado com pinturas de caretos. Nós, em Paradela, também temos a nossa tradição que é o rio Sabor, é a oliveira e é o descortçar o sobreiro. Também podíamos, de alguma forma, embelezar o nosso PT, não sei se com a ajuda da Câmara ou junto da EDP, haver um projeto conjunto também para as freguesias. ---

----- Segundo o que eu sei, acho que temos um curso de Arquitetura Paisagística na UTAD, em Vila Real. Por vezes temos baldios públicos, temos quintas como a do Salgueiro e, se calhar, nós, presidentes de junta precisávamos de alguém com uma visão diferente para não criar erros, impacto ambiental, algo rústico que nós temos, será que havia alguma possibilidade de requerer um aluno finalista em que entrasse ali um trabalho de fim de curso para realizar este género de trabalho em todas as freguesias.” -----

----- Intervenção do membro Manuel Preto: - Interveio para dizer o seguinte: “Venho para dar uma acheга. Foi considerado caminho rural entre Tó e Vila de Ala, mas, hoje, é uma estrada que passa lá muito trânsito e há silvas dos dois lados das bermas que tocam nos carros. Não fica bem. É um reparo.” -----

----- Intervenção do membro Ilídio Vaz: - Interveio para dizer o seguinte: “De facto, como posso intervir duas vezes, assim o Regimento o permite e depois de ter ouvido o membro, Altino Aleixo, que até me fez rir. Dizer

Almeida
Eleição

também ao membro Cordeiro que não usou cinco minutos usou nove, não poderemos ser assim tão rígidos. Também dizer-lhe que, pela parte que me toca não sou quadrado, eu sou retangular, tenho mais altura do que largura. Quem assume ser quadrado ... -----

----- Quanto às cozinhas regionais. O passado é passado. A mim se me perguntassem se era adepto, respondia que não, mas também não vou discutir e temos é que viver o presente para perspetivar o futuro. Vivemos o presente, ouvimos as explicações do senhor vice-presidente de que estão a ser feitos esforços para reutilizar da melhor forma e da forma mais rentável para o concelho. Não sou adepto do abandono, sou adepto da requalificação e do reaproveitamento do que ali está. -----

----- Na intervenção do membro, João Possacos, queria dizer-lhe que assisti também, via *internet* ao êxito que os passeios pedestres tiveram e tive a oportunidade de lhe mandar uma saudação e um gesto pessoal porque acolheu muita gente e Bruçó é uma terra bonita, simpática e levou a que pessoas do exterior se fixassem ali, temporariamente e criou alguma riqueza para a aldeia, os meus parabéns. -----

----- Queria deixar um repto, se assim o entenderem. O nosso Regimento contempla as sessões da Assembleia Municipal descentralizadas. Porque não fazermos um dia a sessão em Bruçó ou noutro lado, e fazermos a seguir a caminhada, pois, poucos se lembram dos membros da Assembleia, poucos se lembram da Assembleia Municipal, convida-se o senhor presidente, senhor assessor, mulher do senhor assessor e da Assembleia Municipal ninguém se lembra e também aproveitar para que todos fiquemos a conhecer a beleza endógena que temos.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** - Interveio para dar resposta a algumas das intervenções acima transcritas, dizendo: -----

----- “Para responder à intervenção do membro, Américo Rodrigues, sobre a limpeza de valetas. Infelizmente, que eu saiba, desde dois mil e treze para cá, todos os anos, a Câmara Municipal de Mogadouro envia *mails* com fotografias para a I.P. – Infraestruturas de Portugal a alertar. A resposta que nos foi dada pelo diretor é que só fazem uma limpeza por época e, se calhar, o mais tarde possível, mas a Câmara Municipal de Mogadouro, todos os anos alerta as Infraestruturas de Portugal, porque realmente é uma vergonha e alguma sinalização vertical nem se nota, havendo um acidente quero ver quem assume a responsabilidade. -----

----- Falou também na situação das casas devolutas mas como deve calcular isso é um processo muito complicado. A Câmara não pode intervir numa casa devoluta, a não ser que tenha posse administrativa do terreno, sob pena de ser chamada à atenção pelos herdeiros, a não ser através da

Proteção Civil. Só se colocar em causa a passagem dos transeuntes, obviamente que a Proteção Civil pode agir, mas é em casos de exceção. ---
----- Sobre a questão dos PT's da EDP. A Câmara também não pode intervir ali sem autorização dela, por ser propriedade privada. Foi a EDP que selecionou uma rota, começando em Meirinhos, entrada pelo IC5 e que se prolongou para Miranda do Douro, tentando acompanhar sempre, mais ou menos, a nacional número duzentos e vinte e um e o antigo caminho de ferro. -----

----- Para responder ao membro, Ilídio Granjo, sobre a questão dos carros dos presidentes, olhe, o presidente Salomé comprou um *Audi 80*, era topo de gama na altura; o dr. Francisco, comprou um *Peugeot 505* era topo de gama na altura; o dr. Machado comprou um *Mercedes* que era topo de gama; o presidente Francisco um *Mercedes* que é topo de gama, portanto, até aqui tem havido coerência de todos." -----

----- O senhor presidente da Assembleia disse que, em relação às casas abandonadas é um pouco utópico em relação a esse assunto, mas ele sabe que houve uma lei que foi promulgada, em certo tempo, sobre uma bolsa de terrenos agrícolas. Se calhar, seria um caminho a seguir criar uma bolsa de casas abandonadas que servisse para a fixação de jovens, ou beneficiar a juventude na aquisição de casas. Há muitas maneiras de dar a volta e todos sabemos, tudo é possível e sei que há candidaturas para isso. -----

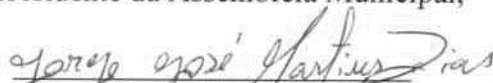
----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final da sessão e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à excecutoriedade imediata, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta que foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Eram doze horas, quando o senhor presidente da Mesa, Jorge Dias, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira, coordenadora técnica do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal e funcionária no núcleo de apoio da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi: -----

A funcionária de apoio ao núcleo da Assembleia Municipal,


(Maria da Conceição Cordeiro Andrade Teixeira)

O presidente da Assembleia Municipal,


(Jorge José Martins Dias, prof.)